

JULHO 2025

jornal



Federação Nacional da Educação

DEFENDER A EDUCAÇÃO



ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

31

TEM A PALAVRA

5 - 12

DESTAQUE

32 - 39

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

13 - 30

AÇÃO SINDICAL

40 - 43

INTERNACIONAL

44 - 47

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | JULHO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SZN

SPZC



SPP

SDPA



STAE

STAE

STAE

FILIAÇÃO



EDITORIAL



2024-2025 em retrospectiva e 2025-2026 em perspetiva: a urgência de valorizar a educação

Chegados ao final do ano letivo 2024-2025, é tempo de fazermos um balanço do caminho percorrido e de projetarmos o que queremos para o próximo ano que se aproxima, 2025-2026.

A consulta nacional promovida pela FNE e pela AFJET entre 13 e 27 de junho de 2025 permitiu recolher a opinião de mais de quatro mil e seiscentos docentes de todos os níveis de ensino e os resultados desta auscultação são claros e incontornáveis.

Este foi o ano em que, graças ao acordo alcançado pela FNE, conseguimos recuperar parte do tempo de serviço que nos havia sido congelado. Este avanço contribuiu de forma decisiva para melhorar o ambiente vivido nas escolas e nas salas de professores de todo o país, devolvendo-nos a esperança de voltar a ter uma carreira digna e valorizada. No entanto, sabemos que o caminho está longe de concluído e que ainda há muito por resolver e conquistar.

Ao longo do ano que agora termina sentimos um agravamento do excesso de trabalho que recai sobre cada profissional, acompanhado por uma carga burocrática esmagadora que desvia tempo e energia daquilo que é verdadeiramente essencial: o ensino e a relação pedagógica com os alunos. Verificámos que a esmagadora maioria dos inquiridos se sente mal remunerada em comparação com a exigência e responsabilidade da profissão e que, embora quase todos afirmem gostar do que fazem e encontrem realização pessoal no exercício da docência, muitos não recomendariam esta carreira aos jovens, um sinal preocupante da sua falta de atratividade.

Acrescenta-se a estas dificuldades o aumento dos problemas de indisciplina nas escolas, alimentados por fatores diversos que vão desde a falta de apoio das famílias até à incapacidade de resposta das estruturas administrativas. Por outro lado, emerge o desafio trazido pelas novas tecnologias e pela utilização da inteligência artificial, que muitos ainda não se sentem preparados para integrar e avaliar de forma crítica. Também a formação contínua, que tantos reconhecem como essencial, permanece insuficiente e, muitas vezes, depende do esforço e do investimento pessoal de cada docente. Estes dados obrigam-nos a agir de forma determinada e responsável.

O próximo ano letivo tem de ser encarado como um momento decisivo. É nesta perspetiva que a FNE irá intensificar a negociação com o Ministério da Educação, Ciência (MECI) e Inovação para alcançar soluções concretas que valorizem a carreira docente e que reduzam a burocracia, garantindo tempo para o que realmente importa: ensinar, aprender e construir relações humanas sólidas. Queremos um plano de valorização profissional que inclua melhores salários, a correção de injustiças na carreira, melhores condições de trabalho, mas também medidas de reconhecimento profissional como o cartão do professor que permita aceder a bens e serviços culturais e educativos e ainda benefícios fiscais que possam contemplar os custos que cada um assume para o exercício da profissão, tais como: alojamento, deslocações, materiais pedagógicos e formação, entre outros.

Defendemos igualmente uma revisão urgente do Estatuto do Aluno e de outras normas que influenciam o funcionamento das escolas, para reforçar a autoridade pedagógica e melhorar o clima escolar, sem esquecer a necessidade de envolver as famílias e o MECI nesta tarefa comum. Outro eixo prioritário será o reforço da formação contínua, sobretudo na área digital, para que ninguém fique para trás perante as mudanças tecnológicas em curso e para que o uso de ferramentas de inteligência artificial se faça de forma pedagógica e ética. A valorização dos trabalhadores de apoio educativo continuará igualmente no centro das nossas propostas, com o roteiro que levaremos aos candidatos às eleições autárquicas no contexto da campanha eleitoral deste ano, visando melhores salários, carreiras mais justas e incentivos à formação.

Aos que diariamente asseguram com empenho e dedicação a qualidade das nossas escolas: Educadores, Professores, Técnicos e Assistentes, dirigimos uma palavra de reconhecimento pelo esforço e resiliência demonstrados neste ano letivo. Renovamos o compromisso da FNE de continuar a lutar por uma Educação de qualidade, que valorize quem nela trabalha e assegure a todas as crianças e jovens condições dignas para aprender e crescer. Sabemos que o caminho é exigente, mas sabemos também que a união e a mobilização de todos farão a diferença no futuro que queremos construir.

Com votos de umas férias bem merecidas e retemperadoras.



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



FNE fez balanço do ano letivo 2024-2025 em conferência de imprensa

A FNE realizou na manhã de 25 de julho de 2025, no Auditório do SPZN, no Porto, uma Conferência de Imprensa para balanço do ano letivo que agora termina e divulgação pública dos resultados da Consulta Nacional realizada em junho junto dos docentes sobre as condições de trabalho do ano 24-25.

Pedro Barreiros, acompanhado dos Vice-Secretários-Gerais António Jorge Pinto, José Cordeiro e do Presidente da FNE, Gabriel Constantino, começou por apresentar e comentar alguns dos principais resultados do inquérito que contou com praticamente 4800 respostas e que demonstrou que existe mais indisciplina, mantém-se a burocracia e existem menos meios, sendo que a esmagadora maioria dos professores não recomenda a profissão docente aos mais novos.

O líder da FNE lançou ainda a ideia da criação de um Cartão de Professor que dê acesso facilitado e a custo zero a vários serviços do Estado assim como uma redução fiscal na aquisição de material necessário ao exercício da profissão.

"Julgo que isso é simples de ser alcançado", afirmou, especificando que o cartão do professor deveria, por exemplo, dar acesso a museus e a outros serviços culturais e educacionais.

Pedro Barreiros deixou também a proposta de "reduções fiscais na aquisição de tudo aquilo a que os professores se sentem obrigados, não só nas deslocações e na residência, mas também na aquisição de materiais e bens que precisam para o exercício da profissão".

"Poderíamos ver qual o teto a ser definido", mas o objetivo é que os professores possam usufruir de "condições excecionais também de valorização daquilo que é o seu papel" para atrair mais jovens para a profissão, porque sem professores "vamos ter um problema muito grave no futuro. Já

o temos hoje, aliás", acrescentando que é necessário "dar todas as condições aos professores e àqueles que trabalham nas escolas, que são também parceiros no dia-a-dia".

"Neste caso estou a falar enquanto professor, mas os nossos colegas, todos aqueles que estão nas escolas, todos juntos somos essenciais para alcançar aquilo que a sociedade pede e exige, que é qualidade", disse.

Pedro Barreiros reforçou que para existir uma escola pública de qualidade, é necessário "adotar as condições necessárias e adequadas" a essa qualidade, e não andar "a cada ano a comparar 'rankings' de escolas públicas com escolas privadas".

"Efetivamente, a escola pública não tem condições idênticas às escolas privadas e é normal que depois os 'rankings' traduzam algo que não corresponde à verdade, porque se a qualidade existe na escola privada, também há muita qualidade na escola pública", disse.





Educação sexual nas escolas "é tema sensível"

À margem da Conferência de Imprensa, Pedro Barreiros afirmou após questionado pelos órgãos de comunicação social sobre o tema, que a educação sexual nas escolas é "uma questão sensível" que deve envolver as famílias, os alunos e os professores para se perceber o que se pretende em cada comunidade pois "há realidades, há projetos escolares e projetos educativos onde a violência é o maior problema, há outras onde, eventualmente, a sexualidade é um problema", e apontou o exemplo de uma visita que realizou a uma escola em Cabo Verde onde "num curtíssimo espaço de tempo tinha havido 16 gravidezes precoces".

Ou seja, sustentou, "a educação sexual é um problema. No nosso caso, nós temos de ser capacitados, estar habilitados para trabalhar essas matérias com os nossos alunos, percebendo as idades de cada um, a maturidade de cada um, a concordância das famílias e dos encarregados de educação para abordar, de que forma e com que profundidade, esta questão".

FNE/LUSA



CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as
condições de exercício profissional,
no termo do ano letivo
2024/2025

13 a 27 de junho 2025

SPZN

SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SPP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



fne



AFJET

Resultados da Consulta Nacional: Excesso de trabalho, carga burocrática e remuneração preocupam docentes

A FNE apresentou publicamente os resultados da Consulta Nacional "Sobre a Carreira Docente e as condições de exercício profissional, no termo do ano letivo 2024/2025", realizada entre os dias 13 e 27 de junho de 2025, constituindo-se uma amostra de 4 638 docentes que no presente ano letivo lecionaram nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental, Regiões Autónomas e Estrangeiro.

Os resultados deste inquérito demonstram as condições em que decorreu o ano escolar que agora finaliza, nas dimensões da **Carreira e condições de trabalho; as novas ferramentas digitais e o ensino; Formação contínua; e Indisciplina em contexto escolar.**

Relativamente ao ponto "**Carreira e condições de trabalho**", o excesso de trabalho e a carga burocrática são assumidos por 98% como preocupantes ou fortemente preocupantes para a quase totalidade dos participantes.





Destaca-se igualmente a expressiva percentagem dos que afirmam que trabalham muito para aquilo que recebem (95,8%), o que dá nota de um nível muito elevado de insatisfação com os salários. Num elenco de preocupações sugeridas, a questão da remuneração é, aliás, para 96,3% assumida como preocupante, muito ou extremamente preocupante sendo também muito elevado o número dos que não incentivariam um jovem a escolher a carreira docente - 73,2%. Apesar de tudo isto, 94,4% dizem que gostam da sua profissão.

Sobre "**as novas ferramentas digitais e o ensino**" nota-se que a maioria discorda, ou totalmente, ou muito, da utilização pedagógica dos telemóveis pelos alunos na sala de aula no ensino básico - 52,8%. São 63,6% os que concordam com a utilização pedagógica dos telemóveis pelos alunos na sala de aula no ensino secundário e é esmagadora a percentagem dos que não concordam com a utilização dos telemóveis pelos alunos no recreio no ensino básico - 92,4%.

Já 64,7% dos participantes afirmam que não se sentem com conhecimentos para avaliar os trabalhos dos alunos realizados com recurso a ferramentas da Inteligência Artificial Generativa.

No ponto relativo à "**Formação contínua**" a esmagadora maioria (91,3%) afirma que teve acesso a formação contínua neste ano letivo. Já 34,2% não frequentou nenhuma ação de formação de capacitação digital e quase metade dos participantes (48,1%) teve de procurar oferta de formação contínua fora do Centro de Formação da sua escola.

É muito significativa (89,4%) a percentagem dos que consideram que a formação contínua que frequentaram no último ano letivo serviu para melhorar o meu desempenho docente e cerca de um terço dos participantes (32,8%) teve de pagar para frequentar ações de formação contínua, por não ter acesso a elas através do seu Centro de Formação.

DIMENSÕES APRECIADAS



A "**indisciplina em contexto escolar**" mostrou os problemas de comportamento dos seus alunos e os participantes assinalaram alguns dos pontos que mais os preocupam no seu dia a dia: Incapacidade de seguir regras – 63,2%, conversa em sala de aula – 33,6% e a distração com telemóveis - 14,8% (ex: mensagens de texto, câmaras fotográficas) foram alguns dos factos mais apontados.

Mas foram identificadas como dificuldades para lidar com a indisciplina outros pontos: Falta de apoio dos pais – 41,0%; Sensação de stresse e esgotamento devido à gestão constante do comportamento indisciplinado – 38,4%; ou Limitações administrativas decorrentes do Estatuto do Aluno – 27,1%.

Esta consulta terminou com uma questão aberta para que os participantes identificassem as três principais prioridades das reivindicações sindicais na atualidade, tendo sido registadas de uma forma maioritária as seguintes:

- A carreira e as condições do seu desenvolvimento;
- A valorização salarial;
- A diminuição da burocracia;
- A organização do horário de trabalho;
- O nível de indisciplina nas escolas;
- A alteração do modelo de avaliação de desempenho e a eliminação do regime de quotas;
- O respeito pelas especificidades do trabalho em monodocência;
- A alteração do modelo de gestão das escolas.

Em jeito de resumo, podemos concluir que a burocracia sufoca os professores, a indisciplina desgasta os docentes e a carência de apoios e condições de trabalho, compromete a profissão.

A fechar, ao compararmos as escolhas da consulta deste ano com as dos anos anteriores, e ao verificarmos que algumas das reivindicações do passado ou desapareceram ou se atenuaram, não podemos deixar de as interpretar como o efeito altamente positivo do acordo celebrado pela FNE com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação no dia 21 de maio de 2024, **para a recuperação do tempo de serviço** e para determinação de condições excecionais de desenvolvimento de carreira.



[Consulte AQUI os resultados completos da Consulta Nacional](#)



DEFENDER A EDUCAÇÃO

- Carreira as condições do seu desenvolvimento
- Valorização salarial;
- Eliminação da burocracia;
- Organização do horário de trabalho;
- Indisciplina nas escolas;
- Avaliação de desempenho e a eliminação do regime de quotas;
- Especificidades do trabalho em monodocência;
- Modelo de gestão das escolas.

CONSTRUIR O FUTURO!

1 JULHO

MAIS UM PASSO NA
RECUPERAÇÃO DO NOSSO
TEMPO DE SERVIÇO



1 de julho marcou mais um passo na recuperação do tempo de serviço

A FNE registou a 1 de julho mais um avanço significativo no processo de recuperação do tempo de serviço dos professores, na sequência do acordo histórico celebrado em 21 de maio de 2024 com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Este acordo, alcançado após um processo de diálogo e negociação construtivos, constituiu um marco determinante na vida de milhares de professores e educadores.

O decreto-lei aprovado concretiza a recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, num total de seis anos, seis meses e 23 dias, equivalentes a 2.393 dias. Essa recuperação decorre de forma faseada, a um ritmo médio de 25% por ano, entre 2024 e 2027, com a seguinte distribuição: 25% a 1 de setembro de 2024; 25% a 1 de julho de 2025; 25% a 1 de julho de 2026; e 25% a 1 de julho de 2027.

No primeiro dia de julho cumpriu-se então o marco da segunda tranche, um momento que merece ser destacado por representar não apenas mais um passo na reposição do tempo de serviço congelado, mas também pela concretização da dispensa de vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões a todos os docentes abrangidos por este processo.

Para a FNE, "este acordo constitui um ato de justiça para os docentes, resultado do compromisso e do diálogo que permitiram alcançar uma solução justa, equilibrada e sustentável. Representa também um avanço com impacto real na vida dos professores, traduzindo o reconhecimento e a valorização do trabalho que desenvolveram ao longo dos anos".

Esta medida foi possível graças ao acordo alcançado entre o MECI e sete das doze organizações sindicais representativas dos docentes, tendo sido determinante o entendimento celebrado com a FNE, que permitiu desbloquear um processo há muito reivindicado pelos professores e educadores.

FNE reagiu aos resultados da auditoria pedida pelo MECI sobre falta de professores

Em declarações à Antena 1, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, afirmou que "o Ministério da Educação pode saber facilmente quantos alunos estiveram sem aulas nos 2 últimos anos letivos. Basta pedir os números às escolas". E, por isso, confessa-se perplexo pelo resultado da auditoria não adiantar dados concretos. Pedro Barreiros lamentou ainda o que considera ser a falta de transparência por parte do ministério e diz que a situação penaliza a escola pública.



“

Estranho, fico perplexo como é que algo que devia ser rapidamente obtido, não se consegue obter. Andamos nisto há meses e potencia quem quer atacar a escola pública porque a consequência é essa, o alarme social, pois as famílias não têm certezas que a escola pública dê resposta às necessidades dos nossos alunos.

Pedro Barreiros, SG da FNE, sobre os resultados da auditoria encomendada pelo Ministério da Educação e que não contém dados concretos

Pedro Barreiros
Secretário-Geral

fne

ANTENA 1 | 30 junho 2025

ANTENA 1

▶ || ■

🔊 ↗

Proibição de telemóveis nas escolas levantou dúvidas à FNE

Já relativamente ao tema da proibição de telemóveis nas salas de aula, a FNE pediu ao Ministério da Educação uma clarificação das regras de utilização de telemóveis, pois as escolas já estão a preparar o próximo ano letivo: "As regras têm de ser claras e é necessário definir as consequências da utilização do telemóvel na sala de aula, no recreio, onde quer que fique definida essa proibição. O telemóvel é confiscado? É entregue aos encarregados de educação?" questionou Pedro Barreiros em comentário à Rádio Renascença.

“

As regras têm de ser claras e é necessário definir as consequências da utilização do telemóvel na sala de aula, no recreio, onde ficar definida a proibição. O telemóvel é confiscado? É entregue aos encarregados de educação?

FNE pede ao Ministério da Educação que clarifique as regras de utilização de telemóveis, pois as escolas já estão a preparar o próximo ano letivo.

Pedro Barreiros
Secretário-Geral

RENASCENÇA | 30 junho 2025

fne



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

ENCONTRO 2025 EDUCAÇÃO

FINAL DO ANO LETIVO 2024/2025

18 JUL | SECRETARIADO NACIONAL

19 JUL | CONSELHO-GERAL

Grande Hotel de Luso





FNE preparou próximo ano letivo no Luso

O Secretariado Nacional (SN) e o Conselho Geral (CG) da FNE reuniram no Luso, respetivamente a 18 e 19 julho de 2025, para uma apreciação da situação político-sindical, balanço do ano letivo em curso e determinação da ação reivindicativa para 2025-2026.

Na ordem de trabalhos do denominado “Encontro Educação 2025” estiveram os resultados da Consulta Nacional da FNE de junho deste ano, à qual responderam 4 638 docentes de todo o país.

O Secretariado Nacional da FNE de 18 de julho de 2025 no Luso analisou o ano letivo 2024-2025, debateu o atual contexto político, económico, social e sindical e determinou as suas consequências em termos de ação sindical a desenvolver.

A apresentação dos resultados da **“Consulta Nacional sobre a carreira docente e as condições de trabalho no ano letivo 2024-2025”**, promovida pela FNE em parceria com a AFJET, teve um destaque especial, com um debate muito participado em torno das conclusões alcançadas.

Esta reunião marcou a aprovação por unanimidade de uma proposta de redesignação profissional dos trabalhadores tradicionalmente designados de “Não Docentes” para **“Trabalhadores de Apoio Educativo” (TAE)**. Para a FNE, mais do que uma mudança terminológica trata-se de um ato de reconhecimento institucional e de justiça simbólica, que visa consolidar a identidade agentes educativos e reforçar a sua valorização e dignificação profissional.

A reunião fechou com a calendarização e determinação das prioridades de ação reivindicativa da FNE para o próximo ano letivo.

Por sua vez, o **Conselho Geral da FNE** de 19 de julho de 2025, ficou também a conhecer os resultados da Consulta Nacional da FNE/AFJET do corrente ano, abrindo-se depois o espaço para debate sobre a preparação do próximo ano escolar, em termos de ação sindical da FNE.

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, interveio nas duas reuniões, com intervenções muito fortes sobre as contrariedades e os desafios do sistema educativo nacional, destacando a falta de professores, o excesso da carga burocrática na profissão docente, uma nota crescente na indisciplina na sala de aula, a necessidade de valorização de educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo, melhores condições de aposentação e a urgência em que todos os serviços do Ministério da Educação trabalhem a uma só voz.





FNE sempre a crescer

Tanto o Secretariado Nacional como o Conselho Geral da FNE consideraram o corrente ano letivo como muito positivo, quer no crescimento e representatividade sindical, quer na credibilidade, visibilidade e reconhecimento institucional da federação, para o que muito contribuíram o acordo com o MECI de recuperação de tempo de serviço, a antecipação dos concursos e organização do ano letivo, a Mobilidade por Doença ou a negociação coletiva nos setores privado e social.

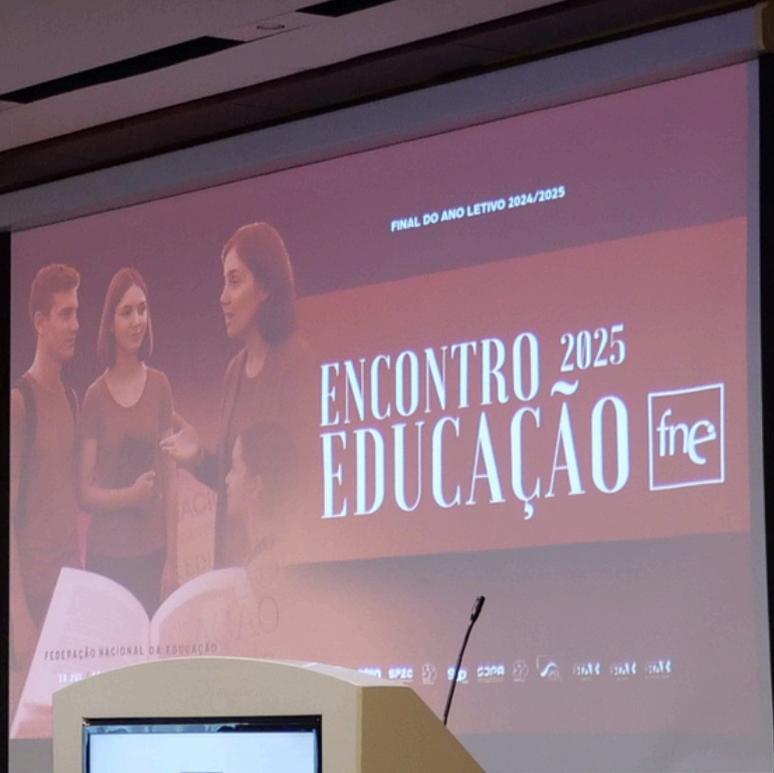
As duas reuniões sublinharam “a abordagem firme e responsável da FNE”, articulando de forma estratégica a ação sindical, a auscultação dos profissionais da educação e a negociação sindical.

Aqueles dois órgãos sociais da FNE realçaram também os desafios persistentes no sistema educativo português, entre eles a falta de professores e precariedade profissional, a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), as remunerações, as condições laborais e questões várias relacionadas com o tempo de trabalho.

Para a FNE, estes aspetos exigem um acompanhamento atento, uma pressão sindical contínua e um diálogo social efetivo, centrado na valorização e dignificação da profissão docente, das carreiras dos trabalhadores de apoio educativo e na qualidade da Educação.



Galeria de Fotos



Secretariado Nacional



Conselho Geral





Apoios de deslocação - FNE não considerou "valores suficientemente atrativos"

A FNE considerou que a proposta de alteração ao apoio atribuído a professores deslocados, apresentada pelo Governo na reunião realizada com o MECI a 21 de julho de 2025, "é insuficiente para atrair docentes para as zonas mais carenciadas" e insistiu que "a resolução do problema passa pela valorização da carreira".

Além do alargamento, a partir de setembro, a todos os docentes deslocados, independentemente de estarem ou não colocados numa escola considerada carenciada, a principal novidade é a introdução de uma majoração entre 15 e 50 euros para aqueles que lecionam nas zonas onde mais faltam professores.

À saída do encontro que aconteceu em Caparide, Manuel Teodósio, Vice SG da FNE reforçou que as medidas apresentadas são transitórias e, quanto à majoração, não verificam no valor atribuído um incentivo suficiente para que os professores optem, apenas por isso, pelas zonas onde fazem mais falta: "A compensação acaba por ser um pouco diluída.

Não nos parece que sejam valores suficientemente atrativos para que os professores possam ir para esses QZP's", acrescentando que "a resolução definitiva deste problema é ter uma carreira atrativa".

De acordo com a proposta apresentada pelo Governo, os valores mantêm-se inalterados para a generalidade dos professores beneficiários: 150 euros para aqueles entre 70 e 200 quilómetros de casa, 300 euros para os docentes que estão entre 200 e 300 quilómetros e 450 euros para os que dão aulas a mais de 300 quilómetros da residência.

No entanto, e ao contrário do que previa o diploma aprovado pelo parlamento em março, o Governo introduz agora uma

majoração para os professores que estejam a lecionar em escolas inseridas nas áreas geográficas de quadros de zona pedagógica considerados deficitários.

Nesses casos, os docentes vão receber mais 15 a 50 euros, dependendo da distância: 165 euros mensais se estiverem a menos de 200 quilómetros, 335 euros entre 200 e 300 quilómetros e 500 euros se a distância for superior a 300 quilómetros.

Consulte aqui a proposta do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

A FNE irá enviar até a próxima sexta-feira a sua contraproposta ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação.





FNE ouviu proposta do MECI sobre o RJIES

A FNE, representada pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, o Vice Secretário-Geral, Manuel Teodósio, o Secretário-Geral Adjunto, José Luís Abrantes e os Professores Bravo Nico (SDPSUL) e Fernando Serra (SDPGL), reuniu na tarde de 24 julho de 2025 com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre o Ensino Superior.

Neste encontro foram abordados os seguintes temas:

- **Análise da proposta de lei do Governo que procede à alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);**
- **Análise da proposta de portaria que regulamenta o regime transitório da carreira de investigação científica, constante do anexo III à Lei n.º 55/2025, de 28 de abril.**

José Luís Abrantes afirmou aos órgãos de comunicação presentes à saída deste encontro que relativamente à nova proposta da tutela para o RJIES *"apontámos ao Governo alguns pormenores ainda por limar, mas há uma bandeira da FNE que nós dissemos ao sr. Ministro que queríamos ver no RJIES: a total proibição de trabalho não remunerado, isto porque sabemos que existem instituições de ensino superior em que se abusa deste trabalho que depois tem um enorme conjunto de 'desculpas' que contrariam o que um país democrático devia defender e que é não existir trabalho não remunerado no seu seio, seja uma instituição pública ou privada. É uma pena e podemos falar de situações em que as instituições convidam alguns dos melhores alunos, alguns dos melhores cérebros deste país, que são chamados para realizar trabalho não remunerado, tal como dar aulas ou trabalhos em projetos"*.

A FNE saúda a proposta do MECI que prevê a eleição do Reitor por um colégio eleitoral alargado, valorizando a participação de docentes, estudantes e pessoal técnico e administrativo, o que constitui um avanço democrático na governação das instituições de ensino superior.

Contudo, a FNE manifesta reservas quanto à inclusão obrigatória dos antigos estudantes com um peso mínimo de 10% no processo eleitoral. Reconhecendo a importância da sua ligação à instituição, consideramos que tal proporção poderá comprometer a representatividade efetiva de quem vive e trabalha diariamente nas instituições, desvirtuando o equilíbrio entre os diferentes intervenientes.

A participação dos antigos estudantes deve ser devidamente regulamentada e enquadrada de forma equilibrada, salvaguardando a centralidade da comunidade académica ativa.

A FNE continuará a acompanhar este processo com atenção e fará chegar as suas contrapropostas ao MECI até ao final da próxima semana.



Roteiro para as Autárquicas apresentado aos Grupos Parlamentares

A FNE reuniu ao longo do mês de julho, na Assembleia da República, com os Grupos Parlamentares do CHEGA, PSD, LIVRE e PS.

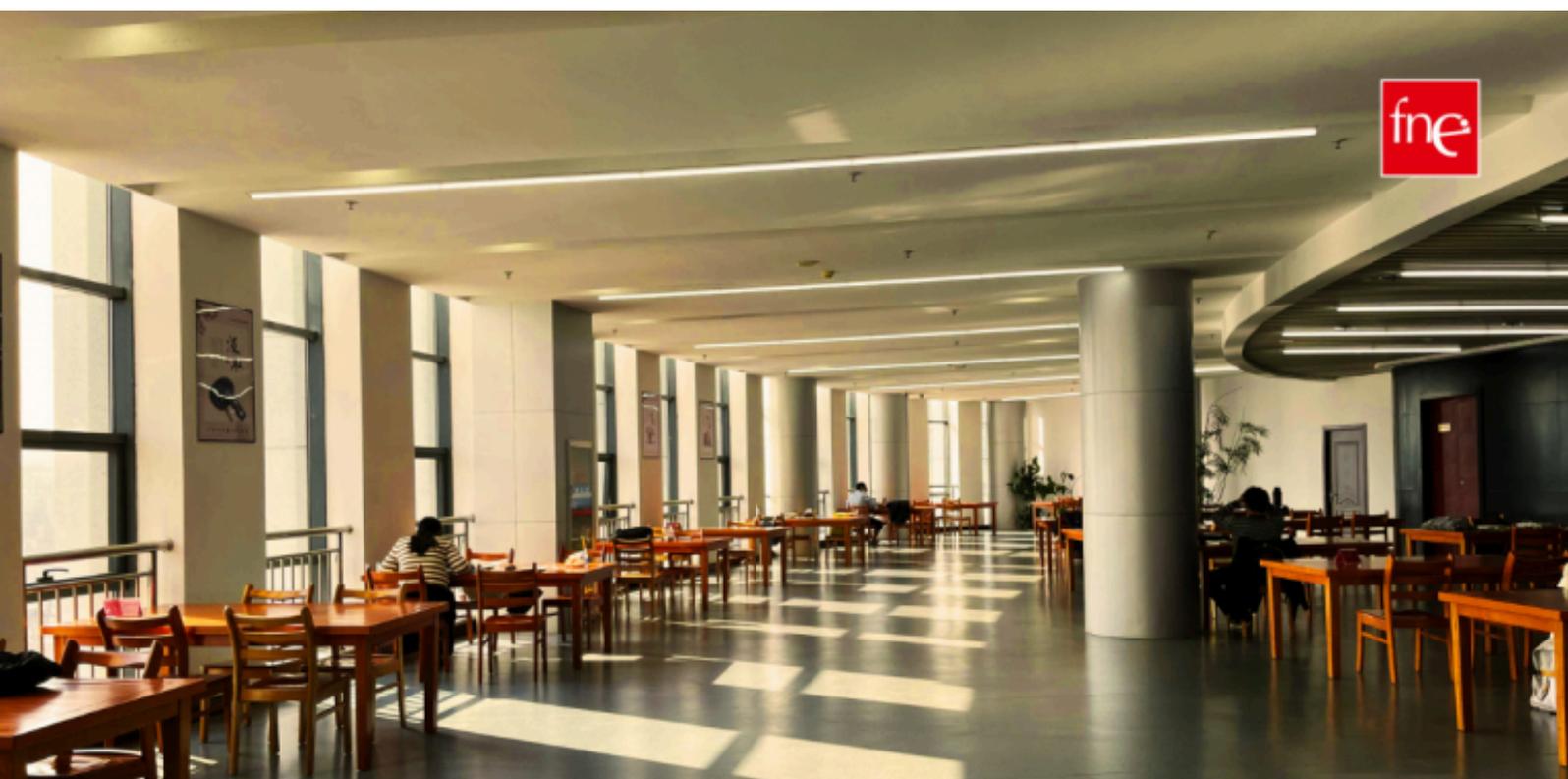
Nestes encontros a FNE apresentou o seu Roteiro para a Legislatura 2025-2029 assim como o Roteiro "Pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo" para as próximas eleições autárquicas.



A FNE aproveitou ainda esta oportunidade para apresentar os primeiros resultados provisórios da Consulta Nacional, realizada entre os dias 13 e 27 de junho de 2025, que contou com a participação de cerca de 4.700 professores e educadores e cujos resultados finais foram divulgados publicamente em conferência de imprensa a 25 de julho de 2025 (link para CI).

Estes encontros inseriram-se no conjunto de contactos institucionais que a FNE está a desenvolver com os diferentes partidos com representação parlamentar, tendo como objetivo partilhar as suas propostas para a valorização dos trabalhadores da educação e para o reforço da qualidade do sistema educativo, sublinhando a importância de um compromisso alargado em torno das questões fundamentais da escola pública.





Delegação da UTAD e do Fórum Auditoria Cidadã recebida pela FNE

O Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, recebeu no Porto, uma comitiva da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), ao final da manhã de 9 de julho de 2025.

A comitiva era composta por Levi Leonido, João Barroso, Ari Carvalho e Isildo Paulo, representando docentes, funcionários e estudantes daquela universidade, e contou com a participação do Fórum de Auditoria Cidadã, criado em fevereiro deste ano, com o objetivo de auditar e, se necessário, tornar públicas situações irregulares ou ilegais que ocorram em diferentes níveis no universo do ensino superior em Portugal.

Levi Leonido, professor na UTAD, referiu que a Auditoria Cidadã pretende debater problemas gravíssimos dentro das universidades, tais como o assédio laboral, o acesso às carreiras e progressões, processos de avaliação de professores ou funcionários, ou ainda a asfixia no ensino superior, onde ainda prevalece o medo de falar. Na génese desta iniciativa está também Paulo Seixas, professor da Universidade de Lisboa.

A comitiva da UTAD confessou-se muito preocupada com a situação “inérita e incrível” por que passa a instituição.

Em causa o facto de o atual reitor Emídio Gomes ter terminado o seu mandato em 14 de maio de 2025 e de a UTAD se encontrar sem Conselho Geral desde 20 de fevereiro passado. Na verdade, os resultados da eleição para o Conselho Geral da UTAD foram homologados em 10 de março deste ano, mas as sete personalidades externas coaptadas não foram notificadas pelo Reitor, que manifestou dúvidas sobre a legalidade do processo.

A IGEC - Inspeção Geral da Educação e Ciência decidiu arquivar o processo, porém o Reitor terá decidido por apenas proceder à notificação dos cooptados após o trânsito em julgado da decisão judicial. Na prática, acentuou Levi Leonido, e na inexistência de um Conselho Geral, o “Reitor gere sem controlo de ninguém, provocando um dano irreparável à imagem da UTAD”. A comitiva da universidade sublinhou que o Reitor “não está a cumprir a lei e não acata a decisão do tribunal”, numa decisão no plano judicial que ainda pode demorar longos meses.

O mais surpreendente é que na inexistência de um Conselho Geral as decisões ficam na mão do Conselho de Gestão da universidade, presidido pelo próprio Reitor. O que levou a comitiva da UTAD a considerar que o “Reitor bloqueou o normal funcionamento da universidade”.

O SG da FNE, acompanhado pelo Vice-Secretário-Geral António Jorge Pinto, pelo Secretário-Executivo Joaquim Santos e pelo Secretário Nacional Avocado Pedro Brandão, registou as considerações da comitiva da UTAD e concluiu sublinhando que o que interessava no caso era “normalizar o funcionamento da Instituição”.

Pedro Barreiros comprometeu-se a informar o Secretariado Nacional e o Conselho Geral da FNE, nas reuniões que se realizarão nos dias 18 e 19 de julho, no Luso, sobre o teor desta reunião. Caso obtenha o mandato esperado, fará chegar um documento ao MECI durante a reunião negocial agendada com a FNE, no âmbito do ensino superior, para a tarde do próximo dia 23 de julho, nas instalações do referido ministério, na Avenida Infante Santo, em Lisboa.



FNE e FRAP Algarve unem esforços por melhores condições nas escolas da região

A FNE, representada pelo seu Secretário-Geral Pedro Barreiros, reuniu na tarde do dia 5 de julho de 2025 com a Federação Regional das Associações de Pais do Algarve (FRAP Algarve), numa sessão de trabalho que decorreu entre as 15h00 e as 17h00. A reunião contou ainda com a presença da Presidente da FRAP Algarve, Marta Rodrigues, dos Vice-Presidentes Fernando Machado e Susana Vicente e do Assessor Alberto Santos.

Este encontro teve como principal objetivo aprofundar o diálogo entre ambas as organizações, identificar os principais desafios que afetam as comunidades educativas da região e delinear propostas conjuntas para a sua resolução.

Durante a reunião, a FRAP Algarve apresentou a sua estrutura e missão, sublinhando a importância da articulação com parceiros como a FNE na defesa da qualidade da educação no Algarve.

Entre os temas em destaque, foi abordada a grave carência de recursos humanos, com a ausência de 126 docentes em setembro de 2024, situação que afetou cerca de 13.000 alunos, sobretudo em disciplinas como Matemática, Físico-Química, Português, Educação Especial, Português Língua Não Materna (PLNM) e Inglês.

Também a sobrelotação de turmas em municípios como Faro, Loulé e Portimão e a falta de técnicos especializados e assistentes operacionais foram referidas como problemas urgentes a resolver.

Outro dos pontos críticos debatidos foi o impacto dos constrangimentos tecnológicos na realização das provas digitais em 2025, devido a falhas de rede, escassez de equipamentos e problemas de software, com episódios de interrupções em escolas de Albufeira e Silves.

No campo dos apoios psicossociais, a reunião sublinhou a insuficiência de psicólogos nas escolas da região — com um rácio de 1 psicólogo para 1.500 alunos, muito acima do recomendado (1 para 900) — e o preocupante aumento dos casos de ansiedade e depressão entre os alunos dos 2.º e 3.º ciclos.

Face a este cenário, a FNE e a FRAP Algarve defenderam a necessidade de:

- um reforço urgente do corpo docente e das equipas técnicas;

- a implementação de um programa regional de apoio psicossocial;

- a garantia de equidade no acesso e condições para as provas digitais, com o reforço dos meios tecnológicos nas escolas algarvias.

A FRAP Algarve destacou a importância da criação de um diálogo estruturado e contínuo com a FNE, com vista à construção de posições conjuntas e ao desenvolvimento de soluções alinhadas com as necessidades concretas das comunidades educativas da região. Ambas as organizações manifestaram disponibilidade para o desenvolvimento futuro de parcerias e ações conjuntas.

A FNE reafirma o seu compromisso com a defesa de uma escola pública de qualidade, capaz de responder aos desafios que se colocam às comunidades escolares do Algarve e de todo o país.



Despedimo-nos do ano letivo, não dos problemas por resolver

Em cada ano fica o que temos de nós. Não somos donos do tempo. É a sede do tanto que faz belo o que permanece.

Despedimo-nos do ano letivo. Não nos despedimos dos dias em que fomos felizes. Não nos despedimos dos problemas por resolver.

O canto vira pranto com a não atualização das verbas com as IPSS que trabalham diretamente com as crianças e os jovens do DL 54/2018. Estas instituições precisam de condições para continuarem a dar afagos. A ternura surda tem de se fazer ouvir.

A Educação e Formação Profissional tem contribuído para a redução do abandono escolar. É preciso continuar o caminho com o reforço das verbas do Fundo Social Europeu. O percurso escolar destes alunos não pode anoitecer cedo. A escola é o lugar para os alunos ficarem.

No próximo ano letivo os telemóveis vão estar no silêncio esperado, para os alunos dos 1º e 2º Ciclos.

Este ano letivo já estiveram no Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo, entre tantos outros. É a forma de se escutar a música dos lábios.

As obras nas escolas não podem ficar à sorte de quem decide. As escolas são lugar para todos. É a pátria com sentido.

É preciso devolver atratividade à Carreira Docente.

A ressurreição faz-se com a generalização do subsídio a docentes deslocados e a valorização económica dos índices salariais. As mãos não podem ficar vazias.

A melhoria do ensino faz-se, também, com ascensão significativa das condições salariais dos Assistentes Operacionais e dos Assistentes técnicos. É a ambição maior de quem toma o aperto dos dias dos nossos alunos. De quem carrega as sombras nas horas pesadas.

Jorge Tavares

Diretor do AE Marcelino

Mesquita do Cartaxo

Membro do Conselho Geral do SDPGL



A Atualidade dos Trabalhadores de Apoio Educativo nas Escolas em Portugal

Em Portugal, os trabalhadores de apoio educativo assumem um papel indispensável no funcionamento das escolas públicas, particularmente num contexto educativo cada vez mais diverso e exigente. Estes profissionais – como os assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados e auxiliares de ação educativa – garantem o apoio direto aos alunos, em especial aos que têm necessidades educativas específicas, asseguram a organização dos espaços escolares e colaboram com os docentes no desenvolvimento de uma escola inclusiva.

Nos últimos anos, a importância destes trabalhadores tem sido amplamente reconhecida pela comunidade educativa, sobretudo devido ao crescimento do número de alunos com necessidades educativas especiais e à complexificação dos contextos sociais e familiares dos estudantes. Contudo, esta valorização simbólica nem sempre se reflete nas condições de trabalho oferecidas.

Muitos destes profissionais enfrentam baixos salários, carreiras estagnadas, contratos precários e falta de formação contínua adequada. Em várias escolas, especialmente nas zonas mais carenciadas ou do interior do país, a escassez de pessoal de apoio é evidente, o que compromete a segurança, o acompanhamento e o bem-estar dos alunos.

Além disso, as funções atribuídas a estes trabalhadores nem sempre são claras ou respeitadas. Há casos em que são chamados a substituir professores ou a realizar tarefas para as quais não têm formação, o que pode gerar situações de stresse, desgaste e até conflitos no ambiente escolar.

Nos últimos anos, têm sido registadas manifestações, greves e reivindicações sindicais exigindo melhores condições salariais, reforço de pessoal e maior estabilidade contratual. O governo tem anunciado medidas pontuais, como concursos de vinculação e reforços temporários, mas muitos profissionais consideram que ainda está longe de ser feita uma reforma estrutural que dignifique verdadeiramente a carreira.

A construção de uma escola pública de qualidade e inclusiva exige o reconhecimento efetivo de todos os que nela trabalham. Valorizar os trabalhadores de apoio educativo não é apenas uma questão de justiça profissional – é uma necessidade para garantir o bom funcionamento do sistema educativo e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Cristina Peixoto

Presidente do STAE-ZN

ELEIÇÕES AUTARQUICAS 2025 

ROTEIRO
ROTEIRO
ROTEIRO



**PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DE APOIO EDUCATIVO!**

STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

FNE entregou "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo" a candidatos autárquicos

A FNE elaborou o "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo – Eleições Autárquicas 2025", no qual destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação, que devem ser tidas em conta para estes trabalhadores, assim como demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, capaz de ultrapassar os problemas do setor.

O Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) aponta vários temas com necessidade de resolução prioritária, expressa na Resolução de Vila Real, aprovada nas celebrações do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, em 23 de novembro de 2024, e que é um marco reivindicativo e programático que destaca a falta de estratégia da maioria das autarquias, onde falta assumir plenamente o seu papel como empregadores responsáveis por políticas locais de educação.

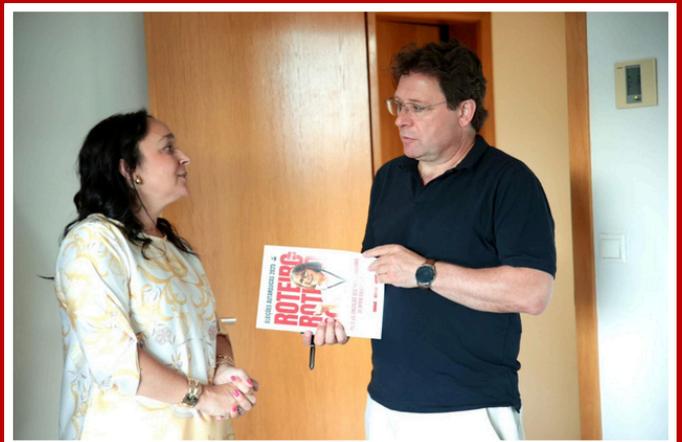
Entre eles o início de um processo negocial que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos e ao estabelecimento das carreiras especiais de Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais; a adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades; a revisão da portaria dos rácios e a conseqüente melhoria efetiva das condições de trabalho.

O "Roteiro pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo – Eleições Autárquicas 2025" da FNE apresenta cinco propostas iniciais para a valorização profissional, no âmbito das competências educativas das autarquias: a revisão das tabelas salariais, o desenvolvimento das carreiras, o reconhecimento das qualificações e incentivos à formação. A estas, a FNE acrescenta o devido reconhecimento e valorização social.

A FNE considera necessário um reforço significativo de compromisso político e medidas concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos, que não os reconhecem nem valorizam.

A FNE reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e para a negociação, mas exige compromissos concretos e mensuráveis que respondam às justas reivindicações dos TAE, uma vez que sem a valorização destes educadores nenhuma reforma educativa será verdadeiramente eficaz.

Ao longo do mês de julho, foram feitos chegar a vários candidatos a autarquias nacionais este documento através de encontros com os Sindicatos STAAE's da FNE.



ROTEIRO

STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



FNE propõe designação de Trabalhadores de Apoio Educativo para os “não docentes”.

A FNE enviou a 21 de julho de 2025, um ofício ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, com uma Proposta de *Redesignação da Categoria Profissional dos Trabalhadores Tradicionalmente Designados como “Não Docentes” para “Trabalhadores de Apoio Educativo”*.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Secretariado Nacional e pelo Conselho Geral da FNE, respetivamente 18 e 19 de julho de 2025, no Luso.

Como é do conhecimento geral, os profissionais que asseguram diariamente o funcionamento das escolas, desempenhando funções fundamentais no contexto educativo, continuam a ser oficialmente designados como “Trabalhadores Não Docentes”.

Esta designação, construída por negação (não docente), desvaloriza simbolicamente a sua identidade profissional e obscurece a relevância e especificidade das suas funções.

Por esta razão, e perante a importância crescente do seu papel no quotidiano escolar, a FNE considera necessário e urgente rever esta nomenclatura, adotando uma designação que valorize institucionalmente e socialmente a função que desempenham e contribua para a construção de uma identidade profissional mais forte.



Os atualmente denominados trabalhadores não docentes desempenham funções centrais no apoio ao processo educativo, nomeadamente no acolhimento, acompanhamento, escuta ativa, mediação, organização, apoio técnico e administrativo das nossas escolas.

São, em muitos casos, os primeiros e os últimos rostos que os alunos encontram no seu dia escolar, estando profundamente envolvidos na construção de um ambiente educativo mais inclusivo, mais humano e mais seguro.

Apesar disso, a sua categoria profissional é, por vezes, remetida a um plano secundário, como se a sua atuação estivesse meramente subordinada à dos docentes.

Esta perceção ignora a exigência, responsabilidade e profissionalismo que o trabalho destes trabalhadores envolve, especialmente em contextos educativos desafiantes.

É, pois, essencial para a FNE reconhecer que estes profissionais não são um mero complemento do processo educativo, mas sim parte integrante do mesmo. Trabalham lado a lado com docentes, alunos e famílias, contribuindo ativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o bom funcionamento das instituições de ensino.

Em conclusão, a alteração da designação da categoria profissional dos chamados não docentes representa mais do que uma mudança terminológica. Trata-se de um ato de reconhecimento institucional e de justiça simbólica.

Adotar a expressão “Trabalhadores de Apoio Educativo” é reconhecer que a escola se constrói em equipa, e que todos os profissionais que nela intervêm são agentes educativos fundamentais.

Esta mudança contribuirá para consolidar a identidade destes trabalhadores, reforçar a sua valorização e dignificação profissional e, em última instância, promover uma escola mais inclusiva, cooperativa e de qualidade para todos.



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO





Como a Islândia inverteu o declínio do número de professores licenciados

Lilja Dogg Alfreosdóttir, Ministra da Educação, Ciência e Cultura da Islândia entre 2017 e 2021, explicou num artigo publicado na OCDE Education and Skills Today, de 3 de julho de 2025, o modo como a Islândia conseguiu inverter o declínio do número de professores licenciados.

Três fatores estiveram na origem deste milagre educativo: uma política nacional de educação com uma visão clara; incentivar os estudantes a entrar e a terminar a formação de professores; e a investigação e crescimento profissional.

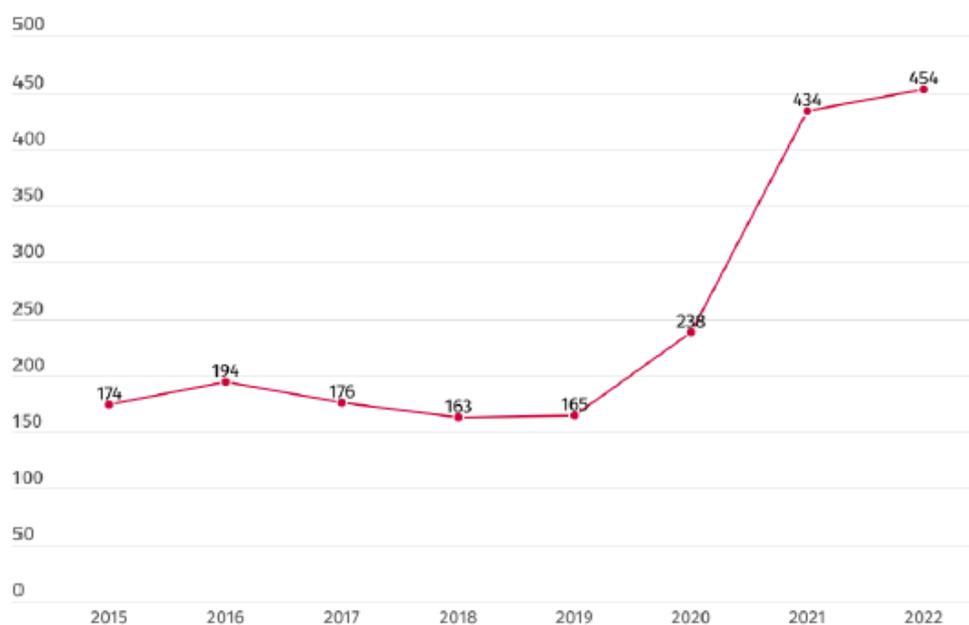
“Todos podem aprender e todos são importantes.” Esta visão orientadora está no centro da política de educação da Islândia. Mas, nos últimos anos, o país, tal como Portugal, debateu-se com uma escassez crescente de professores, com algumas escolas a comunicarem a existência de lugares por preencher, em especial nas zonas rurais e remotas.

No final da última década, a situação era urgente. As inscrições na formação de professores estavam em declínio há anos e mostravam poucos sinais de melhoria. Em 2019, apenas 165 novos professores se formaram no país.

Os responsáveis políticos da Islândia aperceberam-se de que tinham de reagir e lançaram uma iniciativa de cinco anos para resolver o problema. O resultado? Um aumento de 160% nas licenciaturas de professores em comparação com a média dos cinco anos anteriores - com 454 professores a licenciarem-se em 2022.

Número de professores graduados na Islândia, 2015-2022

Figure 1: Number of Graduated Teachers in Iceland, 2015–2022



Esta viragem foi conseguida através da combinação de um compromisso político, incentivos específicos e coordenação nacional, mas não foi fácil. Estas são as três ações políticas que fizeram a diferença:

1 - Uma política nacional de educação com uma visão clara

A Política de Educação 2030 da Islândia, aprovada pelo Parlamento em 2020, estabeleceu um compromisso a longo prazo com a equidade, o bem-estar e a excelência do ensino. Foi elaborada em conjunto com os municípios, as universidades e os educadores, e beneficiou dos conhecimentos da OCDE.

A política enquadra a educação como uma responsabilidade partilhada, enraizada no bem-estar dos estudantes e na adaptabilidade às necessidades futuras.

Fundamentalmente, também reflete a convicção de que um sistema educativo resiliente assenta nos ombros de **professores bem preparados e motivados.**

O Estado não se coibiu de legislar em conformidade: a introdução de um novo e mais flexível grau de Mestrado em Educação permitiu que centenas de antigos alunos - que tinham concluído o curso, mas não a tese - se licenciassem e ingressassem na profissão. As regras de contratação foram também simplificadas para que os professores-estudantes pudessem ser contratados sem longas isenções.

2 - Incentivar os estudantes a entrar e a terminar a formação de professores

O apoio financeiro também tem sido importante. Os professores finalistas podem agora receber 50% de estágios pagos nas escolas, ajudando-os a desenvolver competências com experiência real na sala de aula. Para além disso, foram concedidas bolsas de graduação para apoiar a conclusão atempada.

Estas medidas reduziram as taxas de abandono escolar e aumentaram a entrada na profissão, facilitando o caminho do estudante para a sala de aula. Ao mesmo tempo, o governo trabalhou com universidades, autoridades locais e sindicatos para aumentar a consciencialização sobre os benefícios do ensino. Uma campanha promocional conjunta ajudou a mudar a narrativa. Como resultado, o ensino é agora visto novamente como uma carreira **atrativa e respeitada.**

3 - Investigação e crescimento profissional

A Islândia criou um fundo específico para as ciências da educação com o objetivo de promover a investigação e a inovação no domínio da educação. O seu mandato consiste em apoiar a investigação interdisciplinar e atenta à diversidade para melhorar as práticas na sala de aula.

Simultaneamente, as universidades alargaram a formação contínua de professores experientes em matéria de tutoria e orientação pedagógica. Em conjunto, estas medidas ajudaram a reforçar a capacidade e a qualidade em todo o sistema.

O resultado

Estão a formar-se mais professores, mas o próximo desafio é **mantê-los**. Os primeiros três a cinco anos da carreira de um professor são críticos. A Islândia está agora a concentrar-se na tutoria, nas condições de trabalho e nas oportunidades de crescimento profissional para garantir que os recém-licenciados não só entram na profissão, como prosperam nela.

O caso islandês prova que, quando a política de professores é tratada como uma política nacional - com objetivos claros, incentivos inteligentes e apropriação partilhada - é possível operar uma verdadeira mudança. É possível reconstruir rapidamente a força de trabalho docente sem sacrificar a qualidade.





Exposições psicossociais no trabalho custam mais de 100 mil milhões de euros por ano

Encomendado pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI), o recente estudo “Os custos das doenças cardiovasculares e da depressão atribuíveis a exposições psicossociais no trabalho na União Europeia” revela que a depressão causada por Exposições Psicossociais no Trabalho (EPT) custa às sociedades europeias mais de 100 mil milhões de euros por ano, cabendo aos empregadores mais de 80% dos encargos.

As cinco exposições psicossociais no trabalho claramente identificadas na literatura científica são:

- 1 - **tensão no trabalho - elevadas exigências combinadas com baixa autonomia;**
- 2 - **longos horários de trabalho - mais de 55 horas por semana;**
- 3 - **insegurança no trabalho - falta de confiança na manutenção do emprego;**
- 4 - **desequilíbrio esforço-recompensa (DER) - quando um esforço elevado não é acompanhado de um reconhecimento ou compensação adequados;**
- 5 - **assédio moral no local de trabalho - comportamento hostil ou humilhante repetido no trabalho.**

PSYCHOSOCIAL RISKS AT WORK: THE ECONOMIC COST IN THE EU 28 CARDIOVASCULAR DISEASES AND DEPRESSION

OVER €100 BN ANNUALLY

* ATTRIBUTABLE TO JOB STRAIN,
LONG WORKING HOURS, JOB INSECURITY,
EFFORT-REWARD IMBALANCE & WORKPLACE
BULLYING

**COST BORNE
BY EMPLOYERS
UP TO 80%
SICKNESS ABSENCE
& PRESENTEEISM**



**HIGHEST COSTS
FOR
DEPRESSION**



**CLEAR EAST-
WEST DIVIDE
IN THE COST OF
CORONARY HEART
DISEASE**



**HIGHEST COSTS FOR
CHD & STROKE**



**OVER 5.000 DEATHS
(SUICIDES)
DUE TO DEPRESSION
4X HIGHER AMONG MEN**



A França, a Bélgica, a Finlândia, a Irlanda e os Países Baixos estão entre os cinco países mais afetados em termos de custo por 100 mil trabalhadores. O custo da depressão atribuível às cinco EPT é, por exemplo, 2,2 vezes mais elevado nos Países Baixos do que na Polónia, por 100 mil trabalhadores, ou 2,3 vezes mais elevado em França do que em Portugal.

É de salientar que, quando se comparam os resultados das cinco EPT, a França ocupa o primeiro lugar em termos de tensão no trabalho, desequilíbrio esforço-recompensa e assédio moral no local de trabalho, a

Grécia lidera em termos de horários de trabalho longos e os Países Baixos em termos de insegurança no emprego.

Os empregadores suportam a maior parte dos encargos económicos da depressão atribuíveis a cinco riscos psicossociais bem estabelecidos no trabalho. Estes riscos resultam em perdas de produtividade significativas, quer através da ausência por doença (quando os trabalhadores não podem trabalhar), quer através do presenteísmo - quando comparecem ao trabalho, mas têm um desempenho inferior devido a problemas de saúde mental.



Stresse relacionado com o trabalho também custa vidas

Para além do debate sobre a saúde mental iniciado a nível europeu há apenas dois anos, este relatório inovador é o primeiro a quantificar o custo económico não só da depressão, mas também das doenças cardiovasculares - em especial as doenças coronárias e os acidentes vasculares cerebrais - associadas a fatores psicossociais do trabalho.

A nível da União Europeia (UE), o custo total anual é estimado em 14 mil milhões de euros, com uma acentuada divisão entre o Leste e o Oeste: os países da Europa Central, Oriental e do Sul suportam os encargos mais elevados, em grande parte devido a uma maior prevalência da doença e ao impacto económico substancial das mortes prematuras.

Só em 2015, o relatório estima que morreram mais de 10 mil trabalhadores e que se perderam mais de 400 mil anos de vida devido a doenças cardiovasculares e à depressão causada por riscos psicossociais relacionados com o trabalho. "Estas são mortes evitáveis", afirmou Dimitra Theodori, Diretora de Saúde e Segurança do ETUI. "Precisamos urgentemente de redesenhar os ambientes de trabalho para proteger a saúde mental e física."

A ligação entre a exposição a riscos psicossociais e as doenças cardiovasculares está bem estabelecida na literatura científica e os encargos económicos por 100 mil trabalhadores são particularmente elevados na Bulgária, Hungria, Letónia, Grécia e Roménia. "Embora as mortes no local de trabalho tenham diminuído ao longo dos anos, o número de riscos psicossociais continua a aumentar - muitas vezes invisível, mas devastador. É altura de tratar o bem-estar mental como um direito fundamental no local de trabalho", afirmou Theodori.

Um estudo de referência

Este estudo de referência abre novos caminhos para compreender o impacto do stresse relacionado com o trabalho em toda a Europa. Abrange os 28 países da UE (27 + Reino Unido) e utiliza frações atribuíveis validadas na literatura científica e dados comparáveis entre países europeus fornecidos pelo Inquérito às Condições de Trabalho da Eurofound de 2015.

As conclusões foram apresentadas numa conferência de alto nível em Bruxelas, em 28 de abril de 2025, Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores, que reuniu decisores políticos, dirigentes sindicais e investigadores para apelar a uma ação urgente da UE.





DEFENDER A

Educação

É CONSTRUIR O FUTURO!

WWW.FNE.PT

